



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA-PRPGP
COORDENAÇÃO GERAL DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO
CENTRO DE HUMANIDADES-CAMPUS III-GUARABIRA-PB
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
4ª TURMA DE ESPECIALIZAÇÃO:
GEOGRAFIA E TERRITÓRIO: PLANEJAMENTO URBANO, RURAL E
AMBIENTAL
LINHA DE PESQUISA:
Planejamento Ambiental

MARIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA

PARQUE ESTADUAL DA PEDRA DA BOCA (PEPB), ARARUNA-PB: UMA
ANÁLISE SOBRE AS ATIVIDADES TURÍSTICAS E AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL



GUARABIRA-PB

2020

MARIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA

**PARQUE ESTADUAL DA PEDRA DA BOCA (PEPB), ARARUNA-PB: UMA
ANÁLISE SOBRE AS ATIVIDADES TURÍSTICAS E AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Geografia, pelo Curso de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III, sob a orientação da prof^a Dr^a. Regina Celly Nogueira da Silva.

GUARABIRA-PB

2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586p Silva, Maria Aparecida Pereira da.

Parque Estadual da Pedra da Boca (PEPB), Araruna-PB [manuscrito] : uma análise sobre as atividades turísticas e as ações de educação ambiental / Maria Aparecida Pereira da Silva. - 2020.

46 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Geografia, Território e Planejamento: Urbano, Rural e Ambiental) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2020.

"Orientação : Profa. Dra. Regina Celly Nogueira da Silva, Departamento de Geografia - CH."

1. Turismo. 2. Ecoturismo. 3. Educação ambiental. 4. Unidades de conservação. 5. Parques. I. Título

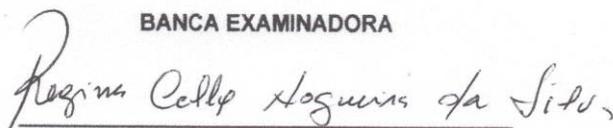
21. ed. CDD 910

MARIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA

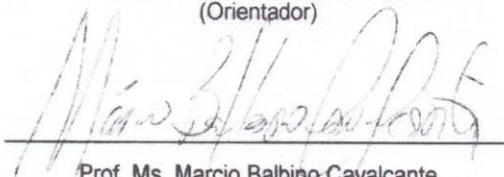
PARQUE ESTADUAL DA PEDRA DA BOCA (PEPB), ARARUNA-PB: UMA
ANÁLISE SOBRE AS ATIVIDADES TURÍSTICAS E AS AÇÕES DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Aprovada em: 28/11/2020.

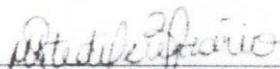
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Drª Regina Celly Nogueira da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
(Orientador)



Prof. Ms. Marcio Balbino Cavalcante
Mestrado em Geografia – PPGG/UFRN
Faculdades Integradas de Patos - FIP
Examinador



Prof. Ms. Maria Aletheia Stedile Belizário
Mestrado Acadêmico em Geografia MAG/UECE
Mat. 3.22952-1 - Departamento de Geografia
UEPB-Campus III.

Dedico este trabalho de conclusão de curso a minha família de uma forma muito especial aos meus pais José (*in memoriam*) e Alcelina (*in memoriam*), ao meu esposo Ginaldo Ribeiro e aos meus filhos Állaff Gustavo e Arthur Glauber, pois sempre estiveram ao meu lado me incentivando e apoiando em mais uma nova conquista, ao longo deste percurso, por essa razão expresso a mais profunda gratidão aos mesmos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom do discernimento e sabedoria

Com muito carinho e gratidão, quero agradecer aos meus pais, José Marcelino Pereira Neto (*in memoriam*), Alcelina Pereira da Silva (*in memoriam*), que sempre me apoiaram e incentivaram para que eu conseguisse chegar até aqui.

De um modo mais especial, agradeço ao meu esposo, Ginaldo Ribeiro da Silva e aos meus filhos Állaff Gustavo e Arthur Glauber, pela paciência, compreensão e companheirismo em todos os momentos desta caminhada.

A minha Orientadora Prof.^a. Dr.^a. Regina Celly Nogueira da Silva por seu empenho, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação, pela dedicação e compreensão em cada etapa deste trabalho. **MUITO OBRIGADA!**

A minha querida professora e examinadora da banca, Prof.^a. Me. Maria Aletheia Stedile Belizário, pela compreensão em fazer parte da banca, e ao meu amigo Prof. Ms. Márcio Balbino Cavalcante, o meu **MUITO OBRIGADA!**

Aos meus irmãos, em especial a minha irmã Francisca da Silva Pereira, por me incentivar sempre a enfrentar os obstáculos e não desistir diante das dificuldades as quais encontrei.

Enfim, agradeço a todos e todas que torceram por mim para que eu conseguisse realizar esse percurso acadêmico. **MUITO OBRIGADA!**

4ª Turma de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental

TÍTULO DO TRABALHO: PARQUE ESTADUAL DA PEDRA DA BOCA (PEPB), ARARUNA-PB: UMA ANÁLISE SOBRE AS ATIVIDADES TURÍSTICAS E AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

LINHA DE PESQUISA: Planejamento Ambiental

AUTOR (A): Maria Aparecida Pereira da Silva

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Regina Celly Nogueira da Silva (UEPB/CH/DG)

EXAMINADOR: Prof. Ms. Márcio Balbino Cavalcante (FIP)

EXAMINADORA: Prof^a. Me. Maria Aletheia Stedile Belizário (CH/UEPB)

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar o desenvolvimento das atividades turísticas no Parque Estadual da Pedra da Boca (PEPB), recorte espacial desta pesquisa, localizado no município de Araruna-PB. A metodologia baseou-se na revisão bibliográfica, na coleta de dados, reconhecimento da área estudada e delimitação cartográfica e fotográfica das principais geoformas existentes na área. A pesquisa revelou que tais atividades desenvolvidas no parque, se faz necessária que a mesma seja executada de forma correta para não agredir a natureza, além disso, entende-se que é extremamente importante fomentar um conjunto de ações, afim de melhorar o desenvolvimento sustentável dessas atividades no PEPB. Considerou-se que o presente estudo sobre as atividades turísticas desenvolvidas no PEPB necessita efetivamente de planejamento não apenas dos guias locais, mas também da Sudema, para que de fato haja esse desenvolvimento dessas práticas turísticas sob o viés de uma Educação Ambiental, para que o turista, o visitante, o aluno e o romeiro tenham a sensibilização de preservar o parque.

Palavras-chave: Turismo, Ecoturismo, Educação Ambiental. Unidades de Conservação, Parques.

4ª Turma de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental

TÍTULO DO TRABALHO: Parque Estadual Da Pedra Da Boca (PEPB), Araruna-PB: Uma análise sobre as atividades turísticas e as ações de Educação Ambiental

LINHA DE PESQUISA: Planejamento Ambiental

AUTOR(A): Maria Aparecida Pereira da Silva

ORIENTADORA: Profª. Drª. Regina Celly Nogueira da Silva (UEPB/CH/DG)

EXAMINADOR: Prof. Ms. Márcio Balbino Cavalcante (FIP)

EXAMINADORA: Profª. Me. Maria Aletheia Stedile Belizário (CH/UEPB)

ABSTRACT

This work aims to analyze the development of tourist activities in the Pedra da Boca State Park (PEPB), a spatial section of this research, located in the municipality of Araruna-PB. The methodology was based on bibliographic review, data collection, recognition of the studied area and cartographic and photographic delimitation of the main existing geofoms in the area. The research revealed that such activities developed in the park, it is necessary that it be performed correctly so as not to harm nature, in addition, it is understood that it is extremely important to promote a set of actions in order to improve the sustainable development of these activities in PEPB. It was considered that the present study on the activities developed in the PEPB effectively needs planning not only of the local guides, but also of Sudema, so that in fact there is this development of these tourist practices under the bias of an Environmental Education, so that the tourist, the visitor, the student and the pilgrim have the awareness to preserve the park.

Keywords: Tourism, Ecotourism, Environmental Education. Conservation Units, Parks.

Lista de Figuras

FIGURA 1: Vista frontal da Pedra da Boca_____	Capa
FIGURA 2: Mapa Geológico de Araruna-PB_____	26
FIGURA 3: Localização do Parque Estadual da Pedra da boca_____	28
FIGURA 4: Microbacia do Rio Calabouço_____	30
FIGURA 5: Pedra da Boca_____	32
FIGURA 6: Pedra da Caveira_____	33
FIGURA 7: Pedra do Leiteiro ou Pedra da Santa_____	34
FIGURA 8: Pedra do Forno_____	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PEPB - Parque Estadual da Pedra da Boca

UCs- Unidades de Conservação

PB- Paraíba

SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação

OMT- Organização Mundial do Turismo

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

ITERPA- Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba

SUDEMA- Superintendência de Desenvolvimento do Meio Ambiente

RN- Rio Grande do Norte

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

CPRM- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	12
2 UMA ABORDAGEM SOBRE CONCEITOS DO TURISMO E O ECOTURISMO, PAISAGEM NATURAL, GEODIVERSIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	18
2.1- Noções conceituais de turismo, ecoturismo e paisagem natural	18
3- CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB	25
3.1 Caracterização Geoambiental do PEPB	26
3.2- Imagens e caracterização das principais formações rochosas	29
4- Viabilidade econômica do desenvolvimento das atividades turísticas desenvolvidas no PEPB	35
4.1- Atividades turísticas praticadas no Parque Estadual da Pedra da Boca	36
4.2- A CORRELAÇÃO QUE AS ATIVIDADES TURÍSTICAS DESENVOLVIDOS NO PEPB FAZ NA VIDA DA POPULAÇÃO QUE VIVEM NA COMUNIDADE ENTORNO DO PARQUE	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE	48

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva analisar o desenvolvimento das atividades turísticas no Parque Estadual da Pedra da Boca (PEPB), recorte espacial desta pesquisa, localizado no município de Araruna-PB. Assim sendo, podemos destacar a importância das áreas naturais protegidas ou Unidades de Conservação (UCs), como é o caso do PEPB, com a perspectiva da preservação de ecossistemas naturais e da biodiversidade, bem como da beleza cênica que compõem o lugar. Assim, podemos compreender que é de suma importância a criação dessas áreas como um dos principais mecanismos de proteção da diversidade biológica, pois esses espaços são tratados no Brasil como UC's (VALLEJO, 2005; MORSELLO, 2006; DIEGUES, 2008).

No tocante a essa perspectiva de garantir o direito ao meio ambiente sadio, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC através da lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Esta Lei define as Unidades de Conservação como sendo o:

“[...]espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000).

Diante desta realidade, o Estado da Paraíba, como ocorre em outros estados brasileiros, possuidores de lugares onde a natureza se mostra generosa e abundante e com singular exuberância, busca, a partir da criação das UCs, criar espaços protegidos voltados para a preservação da natureza e para a prática do ecoturismo, de modo que este possa se desenvolver, valorizando as potencialidades naturais e culturais e gerando emprego e renda. Na Paraíba, existem 34 UCs, sendo 17 estaduais e, entre estas UC's paraibanas, está o Parque Estadual da Pedra da Boca, criado pelo Decreto Governamental Nº 20.889 de 07 de fevereiro de 2000 (PARAÍBA, 2000), localizado na porção norte do município de Araruna-PB. Sua área está inserida no bioma Caatinga, onde as configurações geológica-geomorfológicas são

ímpares e atrativas para os estudiosos, turistas e visitantes, amantes da natureza e dos esportes radicais (CAVALCANTE, 2016)

Situado em zona fisiográfica da caatinga, na Região Geográfica Intermediária de João Pessoa, mais precisamente na Região Geográfica Imediata de Guarabira-PB, no Curimataú Oriental. O PEPB, está a 172 km de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, 22 km de Araruna, 6km de Passa e Fica e a 110 km de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte-RN (CAVALCANTE, 2012, p. 18).

Partindo desse recorte espacial do território em estudo, podemos fazer uma análise reflexiva sobre as transformações ocorridas na paisagem natural do parque, bem como, no seu espaço geográfico para entender essa relação do homem com a natureza.

Nessa perspectiva, podemos observar que os atrativos turísticos do PEPB se estendem muito além da geodiversidade de rochas graníticas, sua paisagem exuberante da flora e da fauna existente no local, desse modo, é importante destacar que as novas modalidades de atividades eco turísticas desenvolvidas no PEPB, existe efetivamente a prática do turismo ecológico e, que estão sendo cada vez mais potencializadas no interior do Estado da Paraíba.

Nesse sentido, o PEPB se encaixa perfeitamente nesses seguimentos turísticos tal como: turismo de aventura, turismo religioso, científica, educacional, sendo que entre estas atividades turísticas, a que atrai um maior número de visitantes no parque é o turismo religioso, principalmente no dia da festa de Nossa Senhora de Fátima, a qual é realizado todos os anos, no dia 13 de Maio.

Todavia, um novo tipo de turismo vem se destacando no mundo e no Brasil mais recentemente, o chamado ecoturismo, a qual é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural e, incentiva a conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente .

O ecoturismo no Brasil destaca-se a partir do movimento ambientalista, quando os debates sobre a necessidade de conservação do meio ambiente por meio de técnicas sustentáveis alcançam a atividade turística. No decorrer dos anos, a atividade vem se desenvolvendo e ganhando forças em meio à discussão de um modelo de turismo mais responsável. (BRASIL, 2010, p. 11)

O ecoturismo possui entre seus princípios a conservação ambiental aliada ao envolvimento das comunidades locais, devendo ser desenvolvido sob os princípios da sustentabilidade, com base em referenciais teóricos e práticos, e no suporte legal. O desenvolvimento sustentável é um conceito que visa harmonizar o crescimento econômico com a promoção da igualdade social e preservação do patrimônio natural, garantindo que as necessidades das atuais gerações sejam satisfeitas sem, contudo, comprometer o atendimento às necessidades das gerações futuras (BRASIL, 2010, p. 11).

Desse modo, no PEPB vem sendo desenvolvido um pouco dessa conscientização e sensibilização das quais são ações desenvolvidas por parte dos guias locais, nesse patrimônio natural que temos no Estado da Paraíba, assim. Percebe-se que com essas ações realizadas no parque tal como: preservação e conservação da natureza, com o intuito de promover o bem estar das populações envolvidas por meio da Educação Ambiental (EA), tendo em vista o objetivo de assegurar o desenvolvimento das práticas de sustentabilidades e conservação, proporcionando ao turista uma maior vivência do ambiente visitado, com a sensibilidade de protegê-lo para essa e as futuras gerações.

Sabe-se que a EA surgiu como resposta às necessidades que não estavam sendo completamente correspondidas pela educação formal. Em outras palavras, a educação deveria incluir valores, capacidades, conhecimentos, responsabilidades e aspectos que promovam o progresso das relações éticas entre as pessoas, seres vivos e a vida no planeta (BARBOSA, 2016, p. 2).

No entanto, o problema do descuido com o meio ambiente, é uma das questões sociais que tem deixado a humanidade preocupada, por isso talvez,

seja um dos fatores, mais importante, a ser estudado nas escolas, porque tem haver com o futuro da humanidade e com a existência do planeta.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO,2005, p. 44), “Educação ambiental é uma disciplina bem estabelecida que enfatiza a relação dos homens com o ambiente natural, as formas de conservá-lo, preservá-lo e de administrar seus recursos adequadamente”. Desse modo, podemos compreender um pouco mais sobre a EA, através da lei 9.795, de 27 de Abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. (BRASIL,1999)

A EA busca assegurar que o futuro do planeta esteja equilibrado no que se refere a natureza. No Brasil, a Constituição de 1988 introduziu, pela primeira vez na história do país, um capítulo específico sobre o meio ambiente, considerando-o como um bem comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e a coletividade o dever de preservá-lo para as gerações presentes e futuras.

De fato, em abril de 1999, com a Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999, é reconhecido a importância da educação ambiental, reconhecida e oficializada como área essencial e permanente em todo processo educacional.. Essa lei surgiu embasada no artigo 225, inciso VI da Constituição Federal de 1988. Segundo essa lei, a EA tem que ser trabalhada dentro e fora da escola, ou seja, nos espaços formais e não formais, mas não deve ser uma disciplina, porque perde o seu caráter interdisciplinar (BRASIL,1999)

No entanto, a busca por encontrar soluções para os problemas ambientais foi bastante intensificada no início das décadas de 1960 e 1970 em pleno século XX, da qual denotou-se a princípio por meio do processo educativo como uma das partes fundamentais para resolver ou amenizar tais problemas.

Nesse sentido, segundo SEABRA (2016) ”compreende-se que há uma perspectiva de que o que vem sendo imposto na EA e mais especificamente na temática do desenvolvimento sustentável, suprime a escala local a partir da idealização do global.”

Consoante a este pensamento Seabra (2016) ainda afirma que:

Pensar em possibilidades na EA que permita uma aproximação com o local permitiu a construção de um caminho que busca compreender como ocorre a concepção de sustentabilidade, em escala local, de uma forma diversa e hegemônica na produção do conhecimento. (SEABRA, 2016, p.102)

No entanto, percebemos que há necessidade de conjunção de interesses ambientais, patrimoniais e econômicos que fazem do PEPB uma UCs, muito importante do território paraibano, pois o parque vem sendo constantemente estudado em todos os seus aspectos, com maior ênfase na questão da preservação e conservação ambiental perante a comunidade local e os turistas que visitam a área.

Portanto, foi importante trabalhar tais conceitos por meios de autores da Geografia como Santos (1994), Cruz (2003), Lima (2003), Moreira (2014) entre outros.

Nesse contexto, o nosso principal objetivo é analisar o desenvolvimento das atividades turísticas no Parque Estadual da Pedra da Boca (PEPB), recorte espacial desta pesquisa, localizado no município de Araruna-PB

E os objetivos específicos compõem-se de: a) Coleta de informações das principais atividades eco turísticas desenvolvidas no parque; b) realizar a caracterização geoambiental do PEPB; c) Identificar as principais trilhas existentes no parque e registros fotográficos das formações rochosas mais visitadas do PEPB.

Para atingir os objetivos supracitados, este trabalho teve como caminho metodológico o estudo de caso a qual foi utilizada para obter todo o levantamento de dados e análise da pesquisa, visto que este baseou-se na revisão bibliográfica, na coleta de dados, reconhecimento da área estudada e delimitação cartográfica e fotográfica das principais geoformas existentes no local.

Os procedimentos adotados na realização dessa pesquisa constaram das fases de gabinete e campo. Inicialmente realizou-se a seleção do material bibliográfico para fundamentação teórica, na qual se procedeu da seguinte

forma: leitura e fichamento do material proporcionando assim um melhor embasamento mais específico do objeto de estudo.

Utilizamos também recursos que permitiram uma melhor visualização da análise da paisagem natural e seu espaço geográfico, tais como: análise visual e atualização de dados para termos uma percepção mais aguçada da área pesquisada, bem como, do uso de câmeras fotográficas para a produção de fotografias do local analisado.

Para justificar esta pesquisa, foi de suma importância fazer um estudo de caso voltado na perspectiva da análise das atividades turísticas desenvolvidas no PEPB, visto que essa é uma UCs e na qual merece toda preocupação por parte de todos aqueles que gerenciam o local, principalmente a gestão pública, como também de todos que o visitam, além disso, se faz necessário que haja ação contínua e permanente com vistas a preservação ambiental do parque, pois, essas práticas turísticas a qual são realizadas no objeto de estudo, torna-se uma poderosa ferramenta para alavancar o desenvolvimento regional das cidades que fazem divisa com o nosso estado.

Contudo, a estrutura deste trabalho encontra-se organizada da seguinte forma: o Capítulo I vem fazer uma abordagem sobre os conceitos do turismo, ecoturismo, paisagem natural, Geodiversidade e Educação Ambiental. No Capítulo II, realizamos a caracterização geográfica do município de Araruna-PB, destacando seus Aspectos Fisiográficos do referido município onde está localizado o PEPB, como também a caracterização geoambiental do parque. No terceiro e último Capítulo analisamos a correlação que as atividades turísticas desenvolvidos no local faz na vida da população que vivem na comunidade em torno do parque. E, por fim apontamos algumas sugestões para melhoria do ambiente e a população que moram nas proximidades do parque e os visitantes.

2 UMA ABORDAGEM SOBRE CONCEITOS DO TURISMO E O ECOTURISMO, PAISAGEM NATURAL, GEODIVERSIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

2.1-Noções conceituais de Turismo, Ecoturismo, Paisagem Natural, Geodiversidade e Educação Ambiental

A ciência geográfica tem se preocupado cada vez mais com as questões ambientais, concernentes a preservação ambiental e, sobretudo, no tocante as inter-relações entre o ser humano e o meio ambiente.

Dessa forma, é de suma importância a criação de áreas protegidas como um dos principais mecanismos de proteção da diversidade biológica, nesse sentido, observamos que esses espaços protegidos são tratados no Brasil como Unidades de Conservação (UC's).

Nesse contexto, a criação de Unidades de Conservação, ainda é uma das alternativas efetivas para tentar despertar a consciência ambiental na sociedade e convencê-la de que os recursos naturais são finitos. (CAVALCANTE, 2012, p. 17)

Assim, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, entende-se por Unidades de Conservação:

Espaços territoriais e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, de domínio público ou privado, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e de limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, Lei nº 9.985, Art. 2º, 2000)

No Brasil, as Unidades de Conservação, principalmente os parques nacionais e estaduais, estão entre as principais destinações turísticas. Tanto é que o SNUC contempla a prática de atividades turísticas, no caso, o ecoturismo (CAVALCANTE, 2012).

Nessa perspectiva, vale ressaltar que a criação do parque foi extremamente relevante no sentido de preservar e conservar as potencialidades naturais e culturais existentes naquela área ambiental, tais como: as inscrições rupestres, os animais silvestres, a flora endêmica, etc.

Ante esse cenário, a qual o PEPB está localizado, Lima (2003) pondera que:

[...] Desde meados do século XIX, a criação de áreas protegidas vem se constituindo numa das principais estratégias para a conservação da natureza e isto se explica, por um lado, pela degradação ambiental crescente, especialmente devido aos impactos da expansão urbano-industrial e pela devastação das florestas e, por outro, é que neste período a qualidade do ambiente começa a constituir elemento de destaque do produto turístico e a natureza e seus componentes tornam-se pretextos para a descoberta, a educação e o espírito de aventura, dando origem a um novo mercado (LIMA, 2003, p.70).

No tocante as atividades turísticas desenvolvidas no PEPB, podemos compreender que segundo Silveira (2002), no atual contexto da economia globalizada atribui-se ao turismo um papel relevante na busca do desenvolvimento territorial. Dessa forma, governos nacionais, regionais e locais, administradores e gestores públicos, tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento, passaram a ver o turismo como uma poderosa ferramenta para alavancar o desenvolvimento regional.

Desse modo, podemos ver que o turismo é um fenômeno espacial no cotidiano das sociedades, além de exercer um papel relevante na busca do desenvolvimento territorial, como também, mobiliza amplos setores da economia e, é responsável pela inserção de novas atitudes sociais de comportamento (novos estilos de vida e padrões de consumo).

Partindo dessa assertiva, destacamos no presente estudo, o caso da atividade turística, que tem no meio natural o seu principal recurso. Para De La Torre (1995) *apud* Angeli (1995), o turismo é definido como,

um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE (1995) *apud* ANGELI, 1995, p. 13).

Em outras palavras, a Organização Mundial do Turismo (OMT) 2003a, p. 20) define o turismo como sendo a atividade de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, ou que neles permaneçam por não mais que um ano consecutivo, a lazer, a negócios ou por outros motivos.

Caracteriza-se por ser um fenômeno socioeconômico e cultural, pois envolve o contato com pessoas e com culturas diferentes.

Todavia, o Turismo é também uma atividade que demanda pouco investimento para a geração de empregos. Segundo a OMT (2003), a atividade é responsável por um em cada nove empregos gerados no mundo. Se bem gerida, possibilita a efetiva descentralização do desenvolvimento do país, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, para a geração e distribuição de renda, para a criação de postos de trabalhos, ocupação e também para a entrada de divisas no país (MOREIRA, 2014, p.19)

Nessa perspectiva, em relação ao turismo desenvolvido no PEPB, percebemos que é um aspecto muito importante para o local, pois, sua paisagem exuberante é uma forte ferramenta de análise do espaço geográfico característico do objeto de estudo, onde a atividade econômica se desenvolve através da existência simultânea de suas paisagens naturais, como também, artificiais como é o caso do mais novo empreendimento atrativo do local “o pedra da boca hotel”, que estará futuramente gerando renda a população que mora em torno do parque.

Segundo Rodrigues (2001, p.31) o ecoturismo é definido como sendo uma atividade econômica, de baixo impacto ambiental, que se orienta para áreas de significativo valor natural e cultural, e que através das atividades recreacionais e educativas contribui para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, resultando em benefícios para as comunidades receptoras.

Contudo, podemos compreender que o ecoturismo como um segmento da atividade turística, tem demonstrado ser um dos mais eficientes instrumentos econômicos adotados por governos e setores comprometidos com o meio ambiente para financiar e garantir a proteção de ecossistemas. A essência do produto ecoturístico é a interpretação do ambiente, baseada em informações de qualidade, onde se privilegia o interesse do turista pela natureza. (HILLEL; OLIVEIRA, 2000).

Por mais que as definições de ecoturismo contêm o patrimônio natural, nenhuma delas abrange a geodiversidade como parte do produto turístico, citando muitas vezes unicamente a biodiversidade. O que diferencia o ecoturismo do turismo convencional é o fato de ele ser considerado uma segmentação turística responsável, que cumpre critérios e princípios básicos

de sustentabilidade, critérios esses também seguidos pelo geoturismo, que contempla os aspectos geológicos como os principais atrativos turísticos. (MOREIRA, 2014, p.26)

Portanto, a sustentabilidade no turismo é fundamental e, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT) (2003),

O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida. (OMT) (2003, p. 24),

Desse modo, segundo Brasil (2010) especifica que: “o Ecoturismo no Brasil destaca-se a partir do movimento ambientalista, quando os debates sobre a necessidade de conservação do meio ambiente por meio de técnicas sustentáveis alcançam a atividade turística. No decorrer dos anos, a atividade vem se desenvolvendo e ganhando forças em meio à discussão de um modelo de turismo mais responsável.”

Ainda assim, vai mais adiante retratando o Ecoturismo:

O Ecoturismo possui entre seus princípios a conservação ambiental aliada ao envolvimento das comunidades locais, devendo ser desenvolvido sob os princípios da sustentabilidade, com base em referenciais teóricos e práticos, e no suporte legal. O desenvolvimento sustentável é um conceito que visa harmonizar o crescimento econômico com a promoção da igualdade social e preservação do patrimônio natural, garantindo que as necessidades das atuais gerações sejam satisfeitas sem, contudo, comprometer o atendimento às necessidades das gerações futuras. (BRASIL, 2010, p. 11)

No tocante ao desenvolvimento de atividades ecoturísticas no local, percebemos que a falta de integração efetiva da população local é notável; apenas alguns conseguiram se inserir nas atividades eco turísticas. Sabemos que, para se combater as deficiências e gerar empregos e renda no setor de ecoturismo, é preciso inserir a população local nessa atividade, não a deixando excluída, como parece acontecer nas ações tomadas no local (CAVALCANTE, 2007).

Nesse sentido, podemos compreender segundo Cruz (2003) sobre como a gestão do ecoturismo é importante:

A gestão do ecoturismo, além de garantir os objetivos de conservação da natureza e a manutenção da qualidade ambiental, deve permitir que os benefícios gerados por suas atividades sejam amplamente incorporados pelas populações locais, como sujeitos do desenvolvimento (Cruz, 2003).

Desse modo, em relação ao ecoturismo desenvolvido no parque existe as trilhas que muitos estudantes e turistas fazem no parque, o rapel, a visita a pedra da boca e se aventurar no pêndulo existente no local, isto é, para essa pratica é necessário o auxílio do instrutor a qual só é realizado quando o mesmo encontra-se no local. Mas, ainda falta muito para a população se inserir nessa atividade e garantir sua renda.

Com relação a paisagem natural do PEPB, podemos compreender um pouco que existe dois tipos de paisagem, a natural e a artificial, onde segundo Santos (1994) afirma:

[...] há dois tipos de paisagem: a natural e a artificial. A paisagem natural, em linhas gerais, é aquela que não sofreu nenhum tipo de transformação causada pela ação humana, isto é, a natureza apresenta seus aspectos originais intactos. Esse tipo de paisagem encontra-se em extinção devido ao modelo econômico adotado. Ainda que esta não tenha sido tocada, o homem, certamente, já a incluiu em seus planos futuros. (SANTOS, 1994, p. 64)

Para Santos (1994) a paisagem artificial é:

[...] a paisagem que foi modificada em virtude da ação do homem. Ou seja, ao construir seu espaço, em suas diversas relações sociais, o homem transforma a natureza de acordo com seus interesses, resultando numa segunda natureza, modificada, artificial. Devido ao atual estágio de desenvolvimento técnico e científico tornam-se muito difícil distinguir o natural do artificial. Isso porque a paisagem é formada tanto por frações naturais quanto artificiais (SANTOS, 1994, p. 65).

Ainda assim, Santos (1994, p. 68), afirma que: “[...] a paisagem é o conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço.”

Todavia, em relação ao conceito de Geodiversidade, De acordo com Gray (2004), geólogos e geomorfólogos começaram a utilizar o termo

geodiversidade nos anos 1990 para descrever a variedade da natureza abiótica presente na Terra. Nascimento, Mansur e Moreira (2015) explicam que o termo geodiversidade provavelmente foi utilizado pela primeira vez em 1993 pelo australiano Chris Sharples, na Tasmânia, em estudos relacionados à conservação geológica e geomorfológica.

Brilha (2005) declara que o termo geodiversidade surgiu por ocasião da Conferência de Malven sobre Conservação Geológica e Paisagística, realizada em 1993, no Reino Unido. No entanto, é difícil precisar o primeiro uso do termo, provavelmente vários cientistas cunharam o termo independentemente como um paralelo ao termo biodiversidade (GRAY, 2004).

Gray (2013) define geodiversidade como a variedade natural (diversidade) de feições geológicas (rochas, minerais, fósseis), geomorfológicas (geoformas, relevo, processos físicos), pedológicas e hidrológicas.

. De acordo com Mansur (2018), observa-se que nessas definições há uma preponderância de associação da geodiversidade a fenômenos e processos geológicos, seguidos de processos geomorfológicos e geográficos.

Rodrigues e Bento (2018) ponderam que o conceito de geodiversidade ainda está sendo construído, em função das correntes filosóficas adotadas por diferentes pesquisadores.

No tocante a Educação Ambiental, A educação voltada para o meio ambiente ou Educação Ambiental está prevista na Constituição Federal, em seu artigo 225, inciso VI, a qual estabelece ser dever do Estado e de todos promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (BADR, 2017, p.22)

O conceito de Educação Ambiental é estabelecido pela Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999:

Art. 1.º Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A sua importância no contexto educacional e formas de execução, também, foram estabelecidos pelo mesmo estatuto legal:

Art. 2.º A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

A Educação Ambiental é ampla e sua amplitude decorre da própria essência do objeto que se propõe a explicar, dos indivíduos que pretende instruir e da finalidade almejada, o que por sua vez dificulta, demasiadamente, a apresentação de conceito estanque. (BADR, 2017, p.23)

Portanto, é possível perceber que de certa maneira a paisagem natural do PEPB foi modificada devido a construção do anfiteatro feito para a realização das missas existente no Santuário existente no parque.

3 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB

O município de Araruna-PB está localizado na zona fisiográfica da caatinga, na Região Geográfica Intermediária de João Pessoa, mais precisamente na Região Geográfica Imediata de Guarabira-PB, no Curimataú Oriental. Sua Área é de 246 km² representando 0.4354% do Estado, 0.0158% da Região e 0.0029% de todo o território Brasileiro. A sede do município tem uma altitude aproximada de 570 metros distando 115,0473 Km da capital. O acesso é feito, a partir de João Pessoa, pelas rodovias BR 230/BR 104/PB 105/PB 111. (CPRM, 2005).

O município de Araruna foi fundado em 1876 pelo Barão de Mamanguape, a População Total é de 16.605 habitantes sendo 7.349 na área urbana. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.546, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

Está inserido na unidade geoambiental dos Serrotes, Inselbergues e Maciços Residuais, as áreas dessa unidade situam-se em altitudes de 200 a 500 metros, compreendendo elevações geralmente formadas por grandes penhascos rochosos, que ocorrem em algumas áreas das planícies dos sertões de Sergipe, Alagoas, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Nos piemontes dessas elevações são frequentes os solos profundos e de alta fertilidade natural. A vegetação é de *Caatinga Hipoxerófila*, com pequenas áreas de *Florestas Caducifólia* (CPRM, 2005).

O seu regime climático é quente, com chuvas de inverno, sendo o período chuvoso de fevereiro a agosto e a precipitação média anual da ordem de 750 mm. Não se dispõe de informações sobre a rede fluvial e reservatórios superficiais nessas áreas (CPRM, 2005).

O potencial hidrogeológico varia de baixo a muito baixo. Pequenas áreas no Estado de Sergipe indicam potencial de elevado a médio. Apenas sete poços foram cadastrados e apresentaram profundidade e vazão médias de 49 metros e 5,5 l/s, respectivamente. A qualidade da água é bastante comprometida, devido à alta salinidade.

No município de Araruna existem cinco unidades litoestratigráficas, na qual é datada na era Cenozóico em que ocorreu a formação Serra dos Martins (SM), suas rochas são formadas em arenito médio a conglomerático, tendo

intercalações de Suíte calcialcalina de médio a alto potássio Itaporanga (cm): ainda nessa era geológica houve o surgimento das rochas de granito e granodiorito porfirítico associado a diorito (588 Ma U-Pb), Granitóides indiscriminados: granito, granosiorito, monzogranito, isso na era Neoproterozóico e, na era Paleoproterozóico há os Complexo Santa Cruz: augen-gnaiss granítico, leuco-ortognaiss, quartzo, monzonítico a granítico (2069 Ma U-Pb), o Complexo Serrinha-Pedro Velho: ortognaiss tonalítico-trndhjemítico, a granítico mig matizado e migmatito (2 189 Ma U-Pb). (CPRM, 2005).

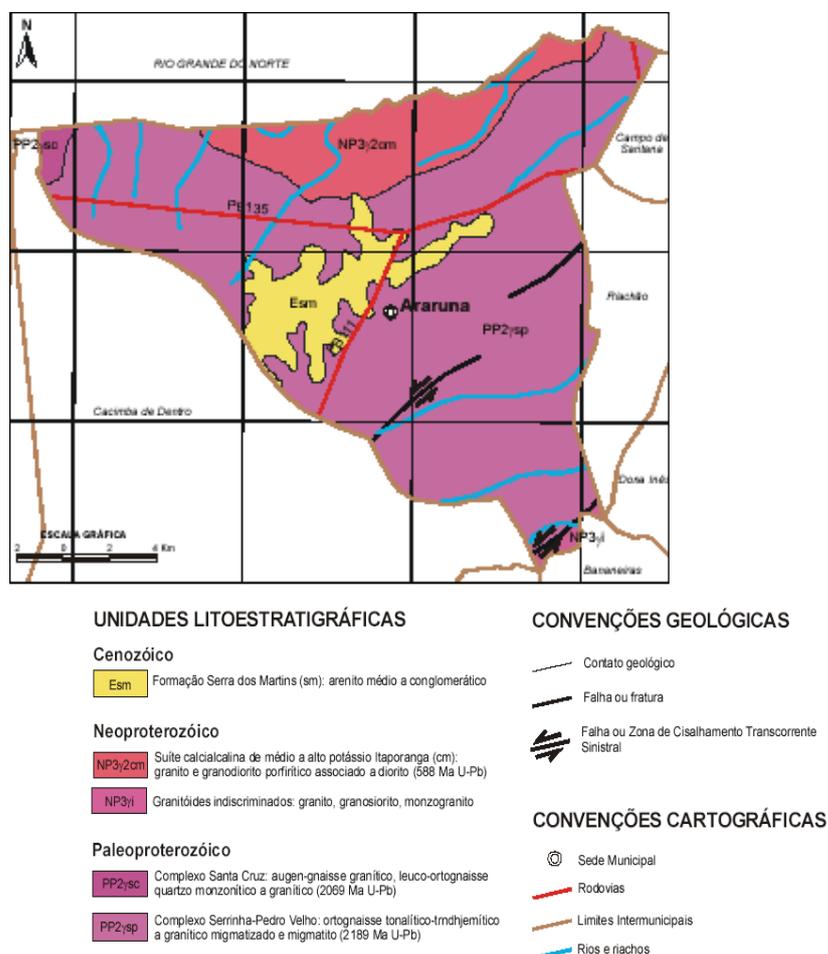


Figura 2 - Mapa Geológico de Araruna - PB
Fonte: CPRM, 2005.

3.1 Caracterização Geoambiental do PEPB

O Parque Estadual da Pedra da Boca possui um conjunto rochoso de grande beleza cênica, de composição granítica porfirídica com vestígios de gnasses e quartzitos que possuem fáceis arredondadas e extensas caneluras

que vão do cume ao chão e está inserido nos contrafortes da Serra da Confusão. A denominação Pedra da Boca advém da existência de uma imensa formação rochosa de aproximadamente 336 metros de altura, a qual apresenta uma enorme cavidade provocada pelos agentes endógenos e exógenos, cuja configuração é semelhante a uma boca aberta. A exótica formação lembra um sapo gigante prestes a abocanhar um colossal pirilampo (CAVALCANTE, 2007, p. 51).

Nesse contexto, o PEPB está localizado ao norte do município paraibano de Araruna. Na qual, está situado na zona fisiográfica da caatinga, no Planalto da Borborema, na Região Geográfica Intermediária de João Pessoa, mais precisamente na Região Geográfica Imediata de Guarabira-PB, (IBGE, 2017).

O PEPB ocupa uma área total de 157,3 hectares de extensão territorial, com uma cota altimétrica de 400 m situando-se numa zona de transição entre as Serras de Araruna e da Confusão, mais precisamente entre o Sítio Água Fria e o Rio Calabouço. Os limites territoriais do Parque são: Ao Norte, Serra de São Bento-RN; ao Sul, Sítio Água Fria (Araruna-PB); ao Leste, Rio Calabouço e, ao Oeste, Serra da Confusão (Araruna-PB). O Parque está distante 170 km de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, 22 km de Araruna-PB, 6 km de Passa e Fica-RN, 110 km de Campina Grande-PB e 120 km de Natal-RN. Logo abaixo, pode-se ver o mapa de localização do PEPB.

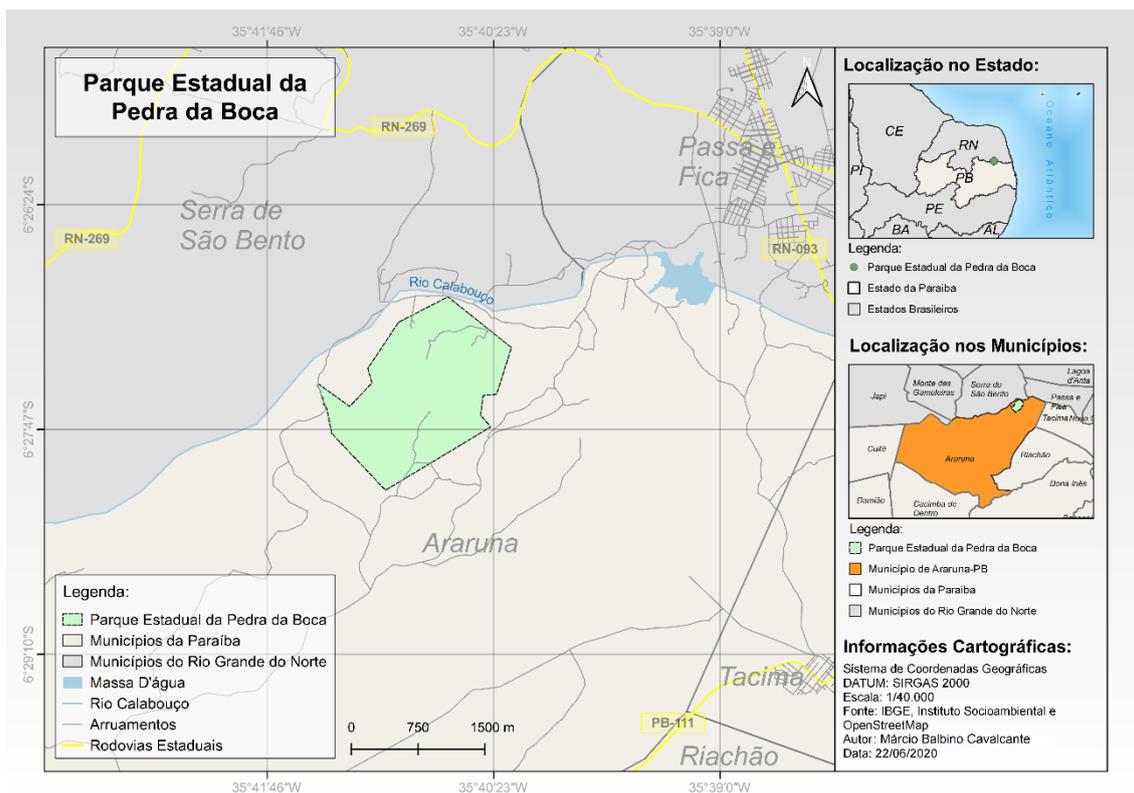


FIGURA 3 – Localização do Parque Estadual da Pedra da Boca
 FONTE: CAVALCANTE, 2018

A Unidade foi criada com o objetivo de preservar o ambiente natural e impulsionar o turismo local. A principal característica do Parque são suas formas de relevo, bastante diferenciadas das demais áreas da região.

O PEPB foi instituído pelo Decreto Estadual nº 20.889, em 07 de fevereiro de 2000 e publicado no Diário Oficial do Estado em 08 de fevereiro de 2000 (PARAÍBA, 2000).

Antes de sua instituição como Parque Estadual, vinha se registrando a prática de atividades ligadas ao turismo de aventura, como a escalada e rapel no local, bem como atividades educacionais e científicas. A partir de 1990, com o desenvolvimento espontâneo do turismo sem ordenamento, bem como o interesse por parte do governo do estado da Paraíba, veio a definir a vocação turística da área (CAVALCANTE, 2012).

A criação do PEPB é de fundamental importância para a preservação do ambiente local, composto pelo complexo rochoso granítico e de espécies endêmicas do bioma caatinga presentes na área da Unidade. Além da possibilidade de criar condições para a sensibilização, tanto por parte dos turistas, como da população do entorno pertencentes aos municípios de

Araruna/PB, Tacima/PB e Passa e Fica/RN, para que o turismo possa ser desenvolvido de forma a não agredir o ambiente local, investindo numa política ambiental pautada na legislação vigente e nos princípios do desenvolvimento sustentável (CAVALCANTE, 2007).

Segundo informações do Gerente do PEPB, o interesse de criação do Parque partiu de sugestões dos praticantes dos esportes de aventura da área para o chefe do executivo municipal de Araruna/PB, que, com o apoio de outros políticos locais, levou a solicitação ao Governador do Estado da Paraíba na época (CAVALCANTE, 2012). Desse modo, conforme o autor, no processo de criação do PEPB não houve nenhuma iniciativa de informar à comunidade e aos usuários, sobre o que estaria por acontecer no local, bem como, alguma forma de consulta pública para preparar a comunidade quanto à mudança de rotina local, após a criação de uma Área Protegida de caráter pública.

No período da instituição como área de proteção integral, o PEPB teve como primeiras medidas a remoção das famílias residentes em terrenos particulares que se tornaram a área geográfica do parque, sem suas moradias e impedidas de exercer suas atividades de subsistência, a maioria dessas famílias foi residir no município de Passa e Fica/RN. Sendo assim, a delimitação do Parque foi realizada pelo Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba (INTERPA). Após sua criação, em 2000, a Unidade foi administrada efetivamente em 2003 pela Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba (SUDEMA), (CAVALCANTE, 2007).

3.2 Imagens e caracterização das principais formações rochosas ou atrativos turísticos existentes no parque.

“As margens do Rio Calabouço, divisa natural dos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, a Pedra da Boca se destaca majestosa entre outras formações rochosas que embelezam o Parque Estadual Pedra da Boca”. (LUCENA, 2005, p. 9)

FIGURA 4: Microbacia do Rio Calabouço



Fonte: Márcio Balbino Cavalcante, 2018.

Criado pelo Decreto Estadual nº 20.889, em 07 de fevereiro de 2000, o parque possui um belíssimo patrimônio geológico, repleto de cavernas, grutas e vegetação nativa, da qual caracteriza-se como pertencente à Caatinga hipoxerófila e, as mais diversas formações rochosas, ideais para a prática de esportes radicais, como também roteiros turísticos ligados à natureza, com uma potencialidade de recursos naturais que oferecem situações favoráveis ao desenvolvimento do turismo no local, sejam estes: o turismo arqueológico (espeleoturismo), religioso e o de aventura, isto é, o EcoTurismo.

A Pedra da Boca é a mais famosa das formações rochosas existentes no parque, onde atrai muitos jovens alpinistas dispostos a escalar o imenso paredão de rocha até o seu ponto mais alto, sendo também a prática de rapel bastante apreciada por todos aqueles que gostam do turismo de aventura.

Ainda no PEPB, apesar de ser um parque Estadual, a região da Pedra da Boca tem uma pessoa que se encarrega que leva as pessoas a conhecerem o parque e sua beleza cênica, o nome dele é Francisco Cardoso de Oliveira, mais conhecido como **Seu Tico**, a qual é guia do PEPB, nasceu lá mesmo e é capaz de fazer todas as trilhas de olhos vendados.

Desse modo, no ano de 2003, a Superintendência de Desenvolvimento do meio Ambiente (SUDEMA), criou o Plano de Gestão Participativa do PEPB,

que tem como finalidades: desenvolver o turismo no parque, aumentar a participação local seja no fator social tal como no financeiro, conscientizar as comunidades autóctones e turísticas sobre as práticas educativas de preservação e de manutenção da, e atrair atenção de Instituições de Ensino e Pesquisa para a prática de estudos e manutenção dessa área de proteção ambiental.(GUALBERTO, 2009, p. 39). Desse modo, percebe-se que na atualidade esse Plano de Gestão Participativa do PEPB, não funciona de forma efetiva.

Podemos perceber que o parque é constituído por um conjunto de rochas compostas de granito porfírico, onde estão localizadas a rocha que dá nome ao parque outras rochas como: a pedra da caveira, a pedra do letreiro, a pedra do forno, da periquiteira, entre outras que não estão oficialmente inseridas no patrimônio do parque. Desse modo vale destacar as principais formações rochosas mais visitadas do PEPB.

1. Pedra da Boca- uma das mais visitadas rochas do parque pelos amantes que apreciam uma boa aventura, com 336m de altura apresenta as principais características para ser utilizada para o montanhismo, pois, o granito porfírico torna a rocha segura para os escaladores e rapeleros. Assim, podemos compreender o porque Pedra da Boca através de Lucena (2005):

“Apresenta uma cavidade a 60m de seu cume, que assemelha-se a uma grande boca aberta, daí o nome.”(LUCENA, 2005, p, 9)

FIGURA 5: Pedra da Boca



Fonte: Márcio Balbino Cavalcante, 2018

2. Pedra da Caveira- eis que é claramente uma das mais intrigante formação rochosa do local, na qual o misticismo desafia e encanta a curiosidade do visitante, com cerca de 65m a rocha apresenta falhas em sua estrutura, as quais nos arremetem a imaginar que estamos vendo um crânio humano, apresentando ainda vias de escaladas e rapel. No caso da Pedra da Caveira, ela recebe este nome por se parecer uma caveira humana, principalmente vista de perfil, nela podem ser observadas as cavidades dos olhos, nariz, boca, bem característicos do crânio humano.

FIGURA 6: Pedra da Caveira



Fonte: Márcio Balbino Cavalcante, 2018

3- Pedra do letreiro- essa rocha apresenta uma enorme gruta onde foi feita uma pequena capela em homenagem a Nossa Senhora de Fátima, sendo o ponto principal para a realização de romarias, onde há prática de ascender velas em louvor à imagem existente no local. Além disso, esse ponto do parque é de responsabilidade da Diocese de Guarabira e, posteriormente da paróquia Nossa Senhora da Conceição de Araruna. Todavia, no paredão da gruta há existência de inscrições rupestres relativamente integras deixadas por nossos antepassados.

“Essa pratica de ascender velas junto as gravuras poderão com o tempo cobrir as pinturas rupestres de fuligem” (LUCENA, 2005, p.9). Nota-se, portanto, que esse fato já está ocorrendo nessas pinturas, pode ser pela ação dos ventos como também por essa pratica de acender velas no local, pelo turismo religioso desenvolvido no parque, isto é, um dos turismos mais desenvolvidos na área de estudo desta pesquisa. Portanto, são impactos causados ao ambiente advindos das ações humanas.

FIGURA 7: Pedra do letreiro



Fonte: Márcio Balbino Cavalcante, 2018

4- Pedra do Forno- A rocha recebe essa denominação graças as histórias que os moradores do local contam. A mesma apresenta uma pequena falha em sua parte inferior, na qual servia de abrigo para antepassados que ali moravam há alguns anos atrás e, assim, fizeram um pequeno fogão a lenha. Nela também apresentava algumas inscrições rupestres, mas infelizmente nos dias atuais não existe mais devido à má preservação.

FIGURA 8: Pedra do Forno



Fonte: Márcio Balbino Cavalcante, 2018.

4 Viabilidade econômica das atividades turísticas desenvolvido no PEPB

É importante dar ênfase a questão das atividades turísticas desenvolvidos no local como forma de viabilizar a economia na região, como também, aos moradores do objeto de pesquisa, pois tais atividades desenvolvidas no parque, se faz necessária que a mesma sejam executadas de forma corretas para não agredir a natureza, além disso, entende-se que é extremamente importante fomentar um conjunto de ações afim de melhorar o desenvolvimento sustentável dessas atividades turísticas no PEPB.

Todavia, é importante salientar que ainda falta muita coisa para ser inserido no local, como por exemplo, uma política ecológica de preservação e desenvolvimento sustentável, pois, sua principal atividade é o turismo de aventura desenvolvido no parque.

Nessa perspectiva, podemos compreender como o turismo de aventura ou turismo ecológico que é desenvolvido no PEPB, isto é, os principais atrativos existentes no parque, além dos vários encantos das formações rochosas que compõem o parque, existem também algumas trilhas que encantam os visitantes , sejam essas classificadas pelos guias locais algumas com um certo grau de dificuldade e acessibilidade, como sendo leve, moderada, pesada e super pesada. Desse modo, vamos destacar apenas algumas dessas trilhas nas quais são mais visitadas pelos turistas que frequentam o PEPB. No entanto, ainda existem outras trilhas no PEPB, abaixo estão especificadas as principais.

1. **Trilha da Boca-** essa é uma das trilhas classificadas como pesada, devido sua grande inclinação, onde sua subida é de mais ou menos 250m até o seu ponto de chegada. Essa é uma das trilhas mais conhecidas pelos visitantes, até mesmo por ser a que fica mais exposta, além disso, aqueles que a visitam até o seu ponto final tem uma bela e perfeita visão da paisagem das paisagens naturais presentes no horizonte, como também observar as cidades que ficam próximas tal como, Passa e Fica, Monte das Gameleiras e Serra de São Bento, além de contemplar a belíssima paisagem do Rio Calabouço. A realização dessa trilha dura em torno de 02h de

caminhada no tempo máximo e, no mínimo 1:20h. Mas depende do número de pessoas em cada grupo, o mais indicado é apenas de 04 a 10 pessoas por grupo.

2. **Trilha do santuário ou do letreiro**- essa é considerada leve, por esse motivo é uma das trilhas mais frequentadas por pessoas da terceira idade, como também grupos de alunos que buscam apenas apreciar a natureza sem grandes aventuras, na qual saem pelo portal do parque, percorrendo a Pedra da Caveira e, em seguida chegando a um imenso bosque de mangueiras existentes naquela exuberante paisagem que o PEPB possui. O tempo de duração dessa trilha dura cerca de 1;30 no máximo e de 45 minutos no mínimo. A variação da quantidade de pessoas é de até 15 por grupo.
3. **Trilha do Gemedouro** – é considerada como super pesada, devido ao seu longo e cansativo percurso, sendo este percurso abrilhantado por vários jardins de cactos e bromélias, vegetação típica da Região Nordeste, essa trilha deve ser realizada com o acompanhamento de guias especializados e bem equipados. Por ser uma trilha muito longa deve-se atentar ao fato de levar comida para suprir as necessidades do grupo, também tem que ter equipamentos essenciais tal como, barracas, lanternas, rádios comunicadores, muita água, kit de primeiros socorros e bússolas para orientação de onde está. A duração do tempo de percurso é realizada em no mínimo 04:30min., e no máximo de 7h.

4.1 Atividades turísticas praticadas no Parque Estadual da Pedra da Boca

Turismo de Aventura

Para Beni (2007), o turismo de aventura consiste no deslocamento de pessoas para espaços naturais, podendo contar ou não com o amparo de roteiro programados e de equipamentos receptivos.

As altas pedras da região, em especial as do PEPB, atraem turistas do Estado da Paraíba, de outros estados e, inclusive de outros países, como Portugal e Holanda, que, encantados com as belezas naturais, têm como lazer

fazer roteiros originais e tradicionais, ou praticar esportes radicais através de várias modalidades, como o rapel e a escalada.

Os pontos propícios à técnica do rapel no Parque Estadual da Pedra da Boca são: na Aroeira – 55 m; na Pedra da Oratória – 50 m; na Pedra da Caveira – 50 m; e, na Boca – 80 m. Também existe a prática da caminhada, mountain bike, camping e pára-quedas. Nos arredores do Parque, “jipeiros” e motociclistas fazem enduro e ciclistas percorrem as trilhas de tamanha beleza natural, através da Mata do Gemedouro. Estas práticas exigem cuidado e experiência, por isso faz-se necessária a ajuda e orientação de um instrutor capacitado na área (CAVALCANTE, 2007, p. 71)

Turismo Religioso

Para Andrade (2008), o turismo religioso é entendido como: “o conjunto de atividades com utilização parcial ou total de equipamentos e a realização de visitas a receptivos que expressam sentimentos místicos ou suscitam a fé[...]” (ANDRADE, 2008, p. 77)

No Santuário de Nossa Senhora de Fátima, próximo a Pedra da Santa (Pedra do Letreiro), acontece o turismo religioso no Parque. Esta atividade religiosa é realizada pela Arquidiocese de Guarabira/PB e pela Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Araruna/PB. (CAVALCANTE, 2007, p. 72)

Turismo Científico e Escolar

O turismo pedagógico ou educacional apresenta-se como uma ferramenta oportuna para proporcionar ao sujeito o conhecimento, a vivência, a sensibilização, a convivência, o respeito, o aprendizado e o lazer (Beni, 2002).

A beleza cênica do Parque formada pelo conjunto rochoso e pelos recursos faunísticos e fitogeográficos, bem como pelos vestígios arqueológicos, é cenário e laboratório vivo de pesquisadores de diversas instituições e localidades. São geógrafos, biólogos, geólogos, turismólogos, historiadores, entre outros profissionais, atraídos pela diversidade ambiental e cultural do local.

O Parque Estadual da Pedra da Boca também recebe alunos e professores das mais variadas modalidades de ensino, do fundamental ao superior, encontrando no ambiente local a possibilidade de vivenciar in loco o saber acadêmico da sala de aula. (CAVALCANTE, 2007, p. 72)

4.2 A correlação que as atividades turísticas desenvolvidos no local faz na vida da população que vivem na comunidade em torno do parque

O Parque Estadual da Pedra da Boca apresenta paisagens naturais fabulosas que encantam quem o contempla, seu potencial turístico econômico é gigante, de Araruna e do estado da Paraíba, sendo um local viável para o desenvolvimento da população local, aliando desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente, nesta maravilha que brotou no solo do município de Araruna.

O Estado da Paraíba conta com uma grande diversidade paisagística e com imensas e variadas riquezas de ordem natural, histórico-cultural e social. Com a finalidade de proteger tais atributos foram criadas vinte e quatro Unidades de Conservação, distribuídas em unidades geoambientais diferenciadas, a maioria predomina-se na mesorregião do litoral paraibano. (CAVALCANTE, 2012). Estas unidades são divididas em três jurisdições, sendo onze federais, doze estaduais e uma municipal.

No entanto, as dificuldades encontradas na implementação dessas áreas recaem sobre os moradores que habitam as imediações dos parques e reservas, e a difícil acessibilidade uma vez que se encontram distribuídas em unidades geoambientais bastantes diferentes e sob condições precárias de preservação do ambiente natural. Assim, é cabível enfatizar que no Estado da Paraíba, os órgãos responsáveis em subsidiar as propostas de criação, administrar e fiscalizar a implantação das Unidades de Conservação são a SUDEMA, o IBAMA, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, e, como parceiras, as Secretarias Municipais de Meio Ambiente.

Portanto, os órgãos citados acima possuem a função de implementar o SNUC, subsidiar os objetivos de criação e administrar as UCs nos âmbitos federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação.

Durante os anos de 2018 e 2019, foi feito levantamentos de informação na área que compõe o objeto de estudo desta pesquisa, desse modo, pôde ser coletado muitas informações das quais fazem parte do processo de criação do parque como Unidade de Conservação (UC's) do Estado da Paraíba, as instituições que se mobilizaram para a concretização de preservar este patrimônio natural de grande importância, tanto geológica como também ambiental.

No entanto, foi possível perceber que a relação das atividades turísticas no local não mudou a situação dos moradores locais, até mesmo porque o morador local está diminuindo e, aumentando a quantidade de pessoas de fora que compram as terras para passar fim de semana ou para construir algo do ramo turístico.

E, diante deste cenário econômico o que se pode perceber é que a população que vive em torno do parque não se beneficia economicamente desse ramo turístico e, que fica apenas nas mãos das grandes agências de turismo e os empresários de pousadas e hotéis que possuem seus empreendimentos próximos ao PEPB, da qual com o passar dos anos esses empresários, sobretudo de Natal-RN, investiram bastante nas cidades serranas vizinhas ao parque como é o caso de Serra de São Bento e Monte das Gameleiras, ambas são do Rio Grande do Norte, nas quais construíram pousadas e restaurantes tendo em vista o principal atrativo turístico a Pedra da Boca, polarizando assim a maior parte dos interesses desses empresários.

Nessa perspectiva, a cidade sede que o PEPB faz parte passou recentemente a receber turistas e se beneficiar economicamente com o turismo praticado no parque, destacando-se por seu clima mais ameno e por possuir também um casario histórico que não existe nas cidades vizinhas e outros atrativos turísticos naturais, visto que, que esse impulso dado ao turismo desenvolvido no objeto de estudo sua cidade sede só veio atentar-se o quanto estava perdendo economicamente para as outras cidades vizinhas, após ter havido interesse da gestão municipal em se preocupar como o turismo da qual é desenvolvido no local, tal como, poderia alavancar a

economia da região e tornar o município mais forte e preparado para receber os turistas que veem visitar o parque.

Todavia, em relação ao turismo desenvolvido no PEPB, percebemos que é um aspecto muito importante para o local, pois, sua paisagem exuberante é uma forte ferramenta de análise do espaço geográfico característico do objeto de estudo, onde a atividade econômica se desenvolve através da existência simultânea de suas paisagens naturais, como também, artificiais como é o caso do mais novo empreendimento atrativo do local “o pedra da boca hotel”, que estará futuramente gerando renda a população que mora em torno do parque.

Desse modo, a pesquisa durante essa pandemia não teve muito sucesso, pois, não houve como fazer mais entrevistas pessoalmente a população do referido parque, para saber como é que a população encontra-se dentro da economia que é desenvolvida no local através do turismo e o ecoturismo, mas foi possível ter uma pequena conversa online com um colega e morador da cidade de Araruna que faz parte da gestão municipal, da qual deu suas contribuições sobre a relação dessas atividades turísticas que são praticadas no objeto de estudo.

Sendo assim, iniciei uma conversa online com algumas perguntas relacionadas ao Turismo e as atividades turísticas se já existia no local antes de sua criação por Decreto Estadual e, o mesmo me relatou que havia sim, muitas pessoas da região já visitavam, mas que somente após a criação em decreto governamental no ano de 2000, ampliou-se a visitação de fato.

E, ainda foi dando sua contribuição relatando como o parque foi criado, o mesmo refere-se ao modo como foi feita a criação desta Unidade de Conservação (UCs), “a criação do parque foi de maneira imposta de cima para baixo, pelo governo do Estado da Paraíba que embora houvesse boa intenção em se criar uma Unidade de Conservação, não pensou nos danos que causariam a população local, pois, esta população do sitio Água Fria, zona rural da cidade de Araruna-PB.”

E o mesmo continuou relatando sobre o modo como foi criado essa UCs e quem foi afetado, “mais propriamente dizendo, a população que ali residiam viviam da agricultura, mas com a criação do parque no ano acima

mencionado e, o aumento do fluxo turístico de visitas ao PEPB, esta população não se viu diretamente atingida positivamente com esse turismo, em alguns casos há poucos que se beneficiaram e, isso, deveria ter sido pensado na época a forma de como iria se planejar esse desenvolvimento desse turismo de base comunitária no local e para a cidade de Araruna.”

Todavia, o que podemos compreender diante deste cenário é que são poucos moradores que vivem em torno do PEPB das quais se beneficiam economicamente desses atrativos turísticos existentes no parque e, de certa maneira acreditamos que apenas no dia da festa da Padroeira Nossa Senhora de Fátima tais moradores chegam a se beneficiar um pouco com as vendas de alguns produtos a todos os turistas, visitantes e romeiros que veem celebrar a festa da santa que protege e abençoa o local.

Outro aspecto importante no PEPB é sua paisagem exuberante de formas geomorfológicas tais como suas rochas, a qual a principal atração é “a pedra da boca” que atrai muitos visitantes ao local em busca de aventuras e conhecimento mais profundo daquela paisagem natural e artificial existente no parque.

Com relação às visitas feitas no PEPB para colher informações do local, fiz uma no ano de 2019 na qual percorri juntamente com um grupo de amigos uma das trilhas que compõe o parque, a Trilha do santuário ou do leiteiro sendo guiada por uma guia que faz parte do grupo de guias locais, mais precisamente pertencente a equipe do senhor Francisco Cardoso de Oliveira, mais conhecido como Seu Tico, que nasceu lá mesmo e é capaz de fazer todas as trilhas de olhos vendados.

No entanto, esta guia chamada Camila é filha de seu Tico e nos guiou pela mata adentro onde percorremos e passamos por algumas formações rochosas citadas acima tal como a Pedra da Caveira, a Pedra do Forno e a Pedra do leiteiro que fica a santa, mas passamos ainda por algumas cavernas e uns lugares bem apertados para chegar na pedra onde fica a santa Nossa Senhora de Fátima e, durante todo o percurso foi nos apresentando todo seu conhecimento com relação ao PEPB, as formações rochosas existentes no parque, a falta de manutenção por parte dos órgãos públicos que controla essa Unidade de Conservação.

No tocante, a relação dos moradores estarem inseridos na economia local podemos perceber que é muito pouco os que estão encaixados economicamente, pois o que se vê são muitos empresários fazendo seus empreendimentos para usufruir do turismo que existe no parque, como é o caso do mais novo empreendimento do hotel fazenda pedra da boca, da qual tem uma belíssima visão de todo o parque e atrai o turista por deslumbrar de tamanha beleza e também de um lugar aconchegante e sossegado, isto é, o Turismo Rural.

Portanto, essa pesquisa ainda vai da continuidade em outras fases acadêmicas como um futuro mestrado ou doutorado e, assim fará uma abordagem bem mais abrangente sobre o objeto de pesquisa.

Considerações Finais

Diante do que foi exposto, considera-se que o presente estudo sobre as atividades turísticas desenvolvidas no PEPB, efetivamente há um planejamento por parte dos guias locais para que de fato haja esse desenvolvimento dessas práticas turísticas sob o viés de uma Educação Ambiental, para que o turista, o visitante, o aluno e o romeiro tenham a sensibilização de preservar o parque.

Todavia, em uma Unidade de Conservação como esta, aberta ao Turismo é fundamental que haja ações educativas por parte de quem gerencia o PEPB, visto que, é através dessas perspectivas de envolver-se com as relações ambientais, tendo como caminho compreender a relação do homem com o meio ambiente e, assim, construir concepções de sustentabilidade, porque sabemos que onde há presença humana em um determinado lugar é sempre importante fazer tais esclarecimentos para não haver tanta degradação do ambiente em que é visitado.

Desse modo, podemos compreender que há por parte do poder público e privado, um grande interesse por essa criação dessas áreas de conservação e preservação, tendo em vista que os principais objetivos de preservar e com a iniciativa do Ecoturismo ter o beneficiamento da sustentabilidade através desse turismo.

Entretanto, nota-se que o processo de desenvolvimento dessas atividades turísticas no PEPB, ainda não se encontra de forma efetiva no local devido alguns fatores tais como:

- Falta de controle no processo de visitação, pois ainda há um improvisado por parte de alguns visitantes que acham que não necessitam de guias para leva-los a percorrer as trilhas e acabam adentrando sem conhecimento prévio do local;
- Ausência de plano de manejo que mostre de maneira clara a viabilidade econômica para a comunidade que vive em torno do PEPB;
- Falta de manuseio para com o lixo;

- Falta de uma economia voltada para inserir as populações que vivem em torno do parque, pois, apenas os grandes empresários é quem ficam com a maior parte.

Além disso, é de suma importância ressaltar que de fato as atividades turísticas que são desenvolvidos no local, ainda falta um pouco de política eficiente e autônoma voltada para o bem estar da população do entorno do parque, uma vez que é indispensável para o bom andamento deste, bem como, proporcionar melhorias para o PEPB com o intuito de atrair mais turistas, que buscam se aventurar nos atrativos que o lugar oferece a cada um que o visita.

Enfim, tendo como bases esses itens mencionados, nota-se que a prática turística ainda se encontra precária, pois é necessário que haja mais requisitos básicos as quais são exigidos pelas empresas que trabalham nesse setor do turismo.

Referências:

ANDRADE, J. V. de. **Turismo: Fundamentos e Dimensões**. 8. Ed. São Paulo: Ática, 2008

ANGELI, M.N.B. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

BADR, Eid et al. **Educação Ambiental, conceitos, histórico, concepções e comentários à lei da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99)**: Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da UEA: mestrado em Direito Ambiental / Org. Eid Badr. Vários autores – Manaus: Editora Valer, 2017.

BARBOSA, R. R. **ANÁLISE DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS EDUCANDOS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE ESCOLAS PÚBLICAS PARAIBANAS**. Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - Vol. 4: Congestas 2016. Disponível em: Ecogestão Brasil <http://eventos.ecogestaobrasil.net/congestas/>. Acesso em: 03/12/2020

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

_____. **Análise Estrutural do Turismo**. 12.ed. São Paulo: SENAC, 2007.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 27/10/2020

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL, **LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999**. Lei da Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, DF, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em : 03/12/2020

BRILHA, J. B. R. **Património Geológico e Geoconservação: A Conservação da Natureza na sua vertente Geológica**. Coimbra: Editora Palimage, 2005.

BRITO M. C. Wey de. **Unidades de conservação – intenções e resultados**. 2ª ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003

CAVALCANTE, M. B.; MARIANO NETO, B. **Reflexões sobre os impactos sócio-ambientais da atividade ecoturística no Parque Estadual da Pedra da Boca, Paraíba**. Revista Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 8, n. 24, p. 46-55, 2007 a.

CAVALCANTE, M. B. **Parque Estadual da Pedra da Boca/PB: um olhar sobre o planejamento do ecoturismo em unidades de conservação na Paraíba.** *Revista OKARA: Geografia em debate*, v.1, n.2, p. 62-78, 2007b.

CAVALCANTE, M.B **Parque Estadual da Pedra da Boca (Araruna-PB): uma avaliação sobre as atividades turísticas e as ações de gestão territorial.** 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

CAVALCANTE, M. B. As faces do (eco)turismo e o planejamento ambiental nas Unidades de Conservação do Brasil. *Revista do REGNE*. Volume 2, Número Especial, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/revistadoregne>. Acesso em: 03/12/2020

CPRM-Serviço **Geológico do Brasil. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Araruna, estado da Paraíba/** Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. 10 p. + anexos

CRUZ, R. C.A. da. **Introdução à Geografia do Turismo.** 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

GUALBERTO, Jairo José da Silva. **Potencialidades Turísticas do Parque Estadual Pedra da Boca-Araruna-PB.** Monografia do Curso de Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, Guarabira-PB, 2005.

GRAY, M. **Geodiversity: Valuing and Conserving Abiotic Nature.** Londres: John Wiley & Sons Ltd., 2004.

_____. **Geodiversity: Valuing and Conserving Abiotic Nature.** Londres: Wiley Blackwell,. 2013.

HILLEL, O.; OLIVEIRA, H. **Oficinas de Capacitação em ecoturismo: Investindo em pessoas para conservar o meio ambiente.** Brasília: Secretaria de Coordenação da Amazônia / MMA / Conservation International, 2000.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm

https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/

LIMA, Maria Lúcia Costa. **(Eco)turismo em Unidades de Conservação. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org.). Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites.** São Paulo: Contexto, 2003.

LUCENA, Humberto Fonseca. **Bem Vindos a Araruna**. Sebrae, Araruna, 2005.

MANSUR, K. L. **Patrimônio geológico, geoturismo e geoconservação: uma abordagem da geodiversidade pela vertente geológica**. In: GUERRA, A. T., JORGE, M. C. O. (orgs). **Geoturismo, Geodiversidade e Geoconservação: abordagens geográficas e geológicas**. São Paulo: Oficina de Textos, 2018.

MOREIRA, JC. **Turismo em áreas naturais e o geoturismo**. In: **Geoturismo e interpretação ambiental [online]**. 1st ed. rev. and enl. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, pp. 19-36. ISBN 978-85-7798-213- 4. Available from SciELO Books .

NASCIMENTO, M. A. L.; MANSUR, K. L.; MOREIRA, J. C. **Bases Conceituais para entender Geodiversidade, Patrimônio Geológico, Geoconservação e Geoturismo**. Revista Equador, v. 4, n. 3, Teresina, 2015

OMT. **Guia de desenvolvimento do Turismo Sustentável / Organização Mundial do Turismo**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PARAIBA. Decreto n.º 20.889, de 07 de fevereiro de 2000. **Cria o Parque Estadual da Pedra da Boca, e dá outras providências**. Disponível em: <https://parquesnobrasil.info/arp/2897> e https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/4165_20200204_193556.pdf?_ga=2.114556615.1513164601.1604597312-151022402.1604597312. Acesso em: 27/10/2020

RODRIGUES, S.C.; BENTO, L.C.M. **Cartografia da Geodiversidade: Teorias e Métodos**. In: GUERRA, A. T., JORGE, M. C. O. (orgs). **Geoturismo, Geodiversidade e Geoconservação: abordagens geográficas e geológicas**. São Paulo: Oficina de Textos, 2018.

RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SEABRA, G. Educação Ambiental - O Capital Natural na economia Global/Giovanni Seabra(Organizador). Itatuba: Barlavento, 2016.

SILVEIRA, M. A. T.. **Turismo, políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento: um foco no estado do Paraná no contexto regional**. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado) FFLCH, Universidade de São Paulo.

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação**, Brasília, Brasil, 2005. 120 p.

APÊNDICE

Regina Celly Nogueira da Silva

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9716913793030710>

ID Lattes: **9716913793030710**

Última atualização do currículo em 06/04/2020